

Aconteceu

CALENDÁRIO DA CONSTITUINTE

OS NOVOS PRAZOS DO CONGRESSO CONSTITUINTE

18 de setembro	entrega do novo substitutivo do relator Bernardo Cabral a Ulysses Guimarães.
19 de setembro	publicação do substitutivo.
20 de setembro	distribuição do texto do substitutivo.
21 de setembro a 5 de outubro	discussão do substitutivo na Comissão de Sistematização.
6 de outubro	publicação do parecer da Comissão de Sistematização.
7 de outubro	distribuição do parecer da Comissão de Sistematização.
8 de outubro a 16 de novembro (*)	discussão, em primeiro turno, do projeto de Constituição, com apresentação de emendas.
17 de novembro a 11 de dezembro	Comissão de Sistematização emite parecer sobre as emendas apresentadas no plenário do Congresso constituinte.
12 de dezembro	publicação do parecer da Comissão de Sistematização.
12 a 14 de dezembro	apresentação de emendas ao parecer.
15 a 25 de dezembro	novo parecer da Comissão de Sistematização.
26 de dezembro de 1987 a 8 de janeiro de 1988	discussão, em segundo turno, do projeto de Constituição pelo plenário do Congresso constituinte.
9 a 14 de janeiro	redação final, pela Comissão de Sistematização, do projeto de Constituição.
16 de janeiro	sessão solene para promulgação da nova Constituição.

(*) A partir desta data, os cálculos foram feitos com base nos prazos máximos permitidos pelo regimento interno do Congresso Constituinte.

(FSP - 15/9/87)

Aconteceu

nº 425 - Setembro/1987

CEDI Centro Econômico de
Documentação e Informação

Rua Coaraze Velho, 88, fundos
Telefone: 205-8197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Conselho de Publicações
Anivaldo Padilha
Ary da Costa Pinto
Carlos Alberto Correia de Lu-
rnhá
Carlos Alberto Ricardo
Heloisa de Souza Martins
Henrique Pereira Junior
Jethar Pereira Ramalho (coord-
enador)
Jorge Luiz Carrara Jardineiro
Marcus Vinícius Gróli Borges
Neide Esterci
Sérgio ARI
Vera Maria Macagão Ribeiro

Editor
Jorge Luiz C. Jardineiro

Diagramação e Arte
ARTE GRAPHICA
Praça Floriano, 55/602
Rio de Janeiro-RJ

Preço do exemplar avulso:
Cz\$ 2,00

Aconteceu Semanal

É uma publicação dedicada ao acompanhamento das notícias levadas por diversos setores populares.

As notícias da semana estão agrupadas em *trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, índios, movimentos populares, igrejas, política nacional, notícias internacionais* e outras. Contém também uma seção de *Cartas do Leitor*, onde são divulgadas manifestações, denúncias, atos públicos, etc. Nesta seção os leitores têm um espaço aberto para a divulgação das notícias que não saem na imprensa e outras fontes de informação.

O ACONTECEU semanal tem como assinantes lideranças indígenas, sindicatos e demais órgãos de classe, comissões pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e outros. Ideal para quem não tem acesso a jornais diários ou quer conhecer as diversas situações de contato, lutas e reivindicações sociais em todo Brasil.

Assinatura Anual: Cz\$ 100,00 (Brasil);
US\$ 60,00 (América Latina);
US\$ 85 (América do Norte);
US\$ 100,00 (Europa, Ásia e África).

Envie junto com seu pedido um cheque nominal ou vale postal para CEDI-RJ

Assine a Revista

tempo e presença

Publicação mensal do CEDI, com temas de atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual

Cz\$ 200,00

América Latina US\$ 30 América do Norte US\$ 40 Europa, África e Ásia US\$ 45

Fazenda sua assinatura de acordo
com o modelo de boleto
em exemplar das 6 cidades do CEDI.

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____

CEP: _____

Est.: _____

Telefone: _____

Profissão: _____

Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI -
Centro Econômico de Documentação e Informação - Av.
Higienópolis, 983 - 01238 - São Paulo - SP.

Assine o Boletim

Aconteceu

Publicação mensal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual Cz\$ 100,00

América Latina US\$ 30 América do Norte US\$ 40 Europa, África e Ásia US\$ 45

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____

CEP: _____

Est.: _____

Telefone: _____

Profissão: _____

Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o
CEDI - Centro Econômico de Documentação e Informação
Rua Coaraze Velho, 88 - fundos - CEP 22241
Rio de Janeiro - RJ.

Constituinte

SARNEY IMPOE CONDIÇÕES À CONSTITUINTE

O presidente José Sarney, ao final de um sábado de conversas com parlamentares, impôs três condições para aceitar o parlamentarismo: que se adote também o voto distrital (eleição de deputados por distritos); que a dissolução do Congresso também seja admitida em caso de impasse na nomeação do primeiro-ministro; e que a mudança do sistema de governo seja tomada por maioria absoluta da Constituinte. Ao sair do Palácio da Alvorada, o deputado Ulysses Guimarães disse que Sarney já admite negociar "uma fórmula quanto ao sistema de governo que resulte de entendimento" na Constituinte. Ulysses entregou ao presidente uma carta cujo teor não foi divulgado. Depois que recebeu a carta, Sarney convocou ao Alvorada o chefe do Gabinete Civil, Costa Couto, e o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral.

Minoria - Se o sistema de governo for decidido no voto da Comissão de Sistematização, o presidente José Sarney pode ir se preparando para sofrer uma grande derrota. Dos 93 integrantes da Comissão, pelo menos 55 são favoráveis ao parlamentarismo, embora oito deles se inclinem por uma fórmula de implantação gradual do regime de gabinete. Os presidencialistas estão em franca minoria. Contam apenas com 33 votos. Cinco constituintes da Sistematização não foram ouvidos. No PMDB, que tem 49 representantes na Comissão, há 29 parlamentaristas (dos quais quatro gradualistas) e 13 presidencialistas. Três deputados não foram localizados.

Tendências - O PFL é presidencialista na Comissão, mas por margem estreita: 12 a 11. Um deputado não foi encontrado. No PDS há um empate: 3 a 3, mas o deputado José Luís Maia, que está disposto a votar.

no regime de gabinete, só o aceita para depois do governo Sarney. O PTB dará seus três votos ao parlamentarismo. Os três pedetistas, ao contrário, querem manter o presidencialismo. Os dois petistas da Comissão - Luís Inácio Lula da Silva e Plínio de Arruda sampaio - pessoalmente são parlamentaristas, mas, cumprindo orientação do partido, votarão no presidencialismo. O PC do B, o PL, o PCB, o PDC e o PSB têm um representante cada um na Sistematização. Todos eles são parlamentaristas. O último membro da Comissão, o senador Antônio Farias, do Partido Municipalista Brasileiro, não foi encontrado. (JB - 13/9/87)

LÍDER DO GOVERNO ACEITA PARLAMENTARISMO ATENUADO

O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, depois de negociações encerradas na madrugada de ontem, concordou com a fórmula parlamentarista apresentada pelos senadores Fernando Henrique Cardoso e José Fogaça e os deputados Euclides Scalco, Luís Henrique e Egídio Ferreira Lima. Na nova proposta, que modificou em 12 pontos a emenda Nelson Carneiro, os poderes do presidente da República foram reforçados. O entendimento alcançou apenas as regras do futuro sistema parlamentarista. Quanto à forma de sua implantação, a negociação ainda prossegue.

Modificações - A proposta dá poderes ao presidente para dissolver a Câmara dos Deputados, a pedido do primeiro-ministro, depois de ouvido o Conselho da República. Ele poderá também exonerar o primeiro-ministro, com prévia autorização do Conselho da República, e nomear seu substituto, que se submeterá ao voto de confiança da Câmara. A competência para publicar leis e decretos regulamentares passaria para o presidente da República, que teria

ainda poder de veto sobre projetos de lei, que só poderia ser derrubado pela maioria absoluta do Congresso Nacional. Teria, também, a faculdade de vetar decretos regulamentares do primeiro-ministro. Nesse caso, o veto cairia se o Senado, por maioria absoluta, reafirmasse o teor do decreto. Essas modificações, introduzidas na emenda Néelson Carneiro a pedido de Sant'Anna, foram aceitas pelos líderes parlamentares da Constituinte, que evoluíram para uma concepção de regime de gabinete caracterizado pela co-responsabilidade - ou seja, o primeiro-ministro tem de gozar da confiança não apenas da Câmara, mas também do presidente -, embora mantendo uma nítida separação entre as funções de chefe de Estado e chefe de governo:

Implantação - O impasse continua, porém, na questão da forma e dos prazos da implantação do parlamentarismo. Na proposta apresentada a Sant'Anna, o parlamentarismo começará a vigorar com a promulgação da nova Constituição. No primeiro ano, o presidente indicará o primeiro-ministro, cujo nome será aprovado pela Câmara, mas não poderá ser censurado durante os 12 meses seguintes. A Câmara tampouco poderá ser dissolvida nesse período. Findo esse prazo, começará o funcionamento normal do sistema parlamentarista. Sant'Anna não gostou da idéia de que o nome do primeiro-ministro tenha de passar pela Câmara, durante a implantação do parlamentarismo. Ele prefere uma fórmula que deixe o presidente com mais poderes durante esse período.

Prazos - O maior problema, entretanto, está nos prazos. O grupo de parlamentaristas gradualistas - entre os quais destacam-se o senador José Richa e os deputados Cid Carvalho (PMDB-MA) e Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) - insiste em dar seis anos de mandato ao presidente Sarney. Em 1988, o primeiro-ministro nomeado por Sarney não poderia ser censurado; em 1989, seriam necessários dois terços dos votos da Câmara para a censura; em 1990, o sistema

de gabinete seria implantado em sua plenitude. Fogaça, Scalco, Egydio e a maioria dos parlamentaristas não aceitam essa fórmula. Ontem à noite, os dois grupos parlamentaristas tinham reunião marcada na casa do deputado Alcení Guerra (PFL-PR), para tentar chegar a um acordo sobre a questão. (JB - 15/9/87)

A FÓRMULA DO CONSENSO

A redação das principais alterações na emenda Néelson Carneiro, depois do acordo entre o líder Carlos Sant'Anna e os parlamentaristas da Constituinte, ficou assim:

Art. 115 - Compete ao presidente da República, na forma e nos limites da Constituição:

Inciso IV - Nomear livremente o chefe da Casa Civil, o Chefe da Casa Militar, o Procurador-geral da União e os demais integrantes do seu gabinete.

Inciso VIII - Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis e os decretos regulamentares.

Inciso IX - Vetar decretos regulamentares do governo, nos termos do artigo 132 A.

Art. 115, parágrafo 1º - O presidente da República é o responsável pelo Poder Executivo e sua autoridade é exercida através do Conselho de Ministros.

Art. 117 - O presidente, depois que a Câmara dos Deputados acolher a acusação pelo voto de dois terços dos seus membros, será submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nos crimes comuns, ou perante o Senado Federal, nos de responsabilidade.

Parágrafo 1º - Acolhida a acusação, o presidente ficará suspenso de suas funções.

Art. 120, parágrafo único - O governo goza da confiança do presidente da República e da Câmara dos Deputados.

Art. 125 A - O primeiro-ministro, em exposição motivada, poderá propor ao presidente da República que, ouvido o Conselho da

República, dissolva a Câmara dos Deputados e convoque eleições.

Parágrafo único - O primeiro-ministro não poderá propor a dissolução enquanto tramitar noção de censura ou de confiança.

Art. 130 - Compete ao primeiro-ministro:

Inciso X - Solicitar ao Senado Federal a apreciação de veto do presidente da República a decretos regulamentares do governo.

Inciso XX - Propor ao presidente da República a dissolução da Câmara dos Deputados.

Inciso XXI - Exercer outras atribuições previstas na Constituição ou que lhe forem delegadas pelo presidente da República.

Art. 132 A - Os decretos regulamentares do governo, antes de sua publicação, deverão ser encaminhados ao presidente da República, que deverá sancioná-los ou exercer o direito de veto em até cinco dias, a contar do seu recebimento.

Parágrafo único - O Senado Federal poderá rejeitar o veto, pelo voto da maioria dos seus membros, mediante solicitação do primeiro-ministro, no prazo de cinco dias. (JB - 15/9/87)

NOVO SUBSTITUTIVO DIFICULTARÁ DESAPROPRIAÇÕES DE TERRAS

A desapropriação de propriedades rurais será dificultada pela complexidade dos procedimentos judiciais, enquanto a reforma urbana terá suas ambições reduzidas, com o fim da possibilidade de se desapropriar em troca de títulos da dívida pública. Por sua vez, as Polícias Militares manterão vínculos com o Exército bem mais fortes que os previstos pela Constituição de 1969, considerada centralizadora. São esses alguns dos dispositivos que a Folha apurou estarem incluídos, ontem, no substitutivo que o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) concluirá até segunda-

feira, e cujas linhas detalhadas apresentará a seus relatores-adjuntos, em reunião que convocou para amanhã à noite. Com relação ao primeiro substitutivo a fórmula de anistia aos militares - satisfazendo, com isso, os "progressistas" - será amplamente compensado pela adoção de idéias "conservadoras", inspiradas pela segunda versão do projeto Hércules, coordenado pelo senador José Richa (PMDB-PR). A reforma agrária é um exemplo do que, para a esquerda, caracterizaria esse retrocesso. Se no primeiro substitutivo as desapropriações poderiam ser feitas em noventa dias, cabendo automática imissão do imóvel caso a Justiça não tivesse se pronunciado, agora o mesmo prazo deve ser observado em primeira instância, mas com um recurso a ser julgado em período idêntico pelo Tribunal Regional Federal, que não foi sequer ainda criado. E, em cada etapa, há peritagens paralelas da Justiça e dos proprietários. Quanto à reforma urbana, caiu entre o primeiro e o segundo substitutivo a indenização em títulos e não em dinheiro. (FSP - 12/9/87)

Trabalhadores Urbanos

EMPRESÁRIOS PROPOEM PAGAR URP DE UMA SÓ VEZ PARA EVITAR GREVE

A União Brasileira de Empresários deverá apresentar às centrais sindicais (CGT, CUT e USI) e seis confederações de trabalhadores a proposta de pagar integralmente a URP (Unidade de Referência de Preços), que é a inflação registrada oficialmente durante o congelamento do Plano Bresser. O governo federal determinou o reajuste mensal de 4,69%, em três vezes consecutivas a partir de setembro, mas os empresários poderão aplicar nos salários atuais o índice acumulado de 14,74%. O coordenador da reunião de ontem da UBE e presidente da Confederação Nacional do Comércio, Antônio de Oliveira Santos, deixou claro que, ao jogar a sugestão na mesa de negociações com os líderes sindi-

cais no próximo dia 22, pretende esvaziar a greve unificada intersetorial anunciada para o dia 29. Neste dia, poderão parar bancários de todo o país, metalúrgicos e petroleiros de vários estados e os bancários do BNDES. (JB - 12/9/87)

CUT ACEITA PROPOSTA MAS SEM O REPASSE AOS PREÇOS FINAS

O Presidente da CUT, Jair Meneguelli, considerou, ontem, positiva a proposta da União Brasileira de Empresários (UBE) de pagar de uma só vez as três parcelas da Unidade de Referência de Preço (URP), equivalente aos meses de setembro, outubro e novembro, de 4,69% cada uma. Ele ressaltou, porém, que a negociação vai se complicar se os empresários quiserem repassar esse reajuste aos preços. Meneguelli afirmou que a proposta dos empresários alcança o reajuste de 28% para todos os trabalhadores, se acumulado com a antecipação do resíduo do gatilho salarial, já promovido pela maioria dos empresários, em julho. No entanto, disse Meneguelli, os trabalhadores consideram que as perdas salariais já alcançam 50% e que esse é o índice a ser reivindicado nas negociações do próximo dia 22, entre as centrais sindicais e a UBE. As outras reivindicações das centrais são referentes ao estabelecimento do salário mínimo real, à redução da jornada e à estabilidade no emprego. Meneguelli embarcou, ontem, para Brasília, acompanhado de um grupo de 50 sindicalistas de todo o País para iniciar um forte trabalho de pressão junto ao relator da comissão de sistematização, Deputado Bernardo Cabral. É preciso garantir os princípios básicos de proteção ao trabalho e à redução de jornada. Esses pontos nós vamos voltar a discutir diretamente com os empresários, pois continuamos a acreditar nas negociações diretas e que ro que o Estado não intervenha. Precisamos atacar em todas as frentes - afirmou Meneguelli. (JB - 15/9/87)

FERROVIÁRIOS

Encerrado no último sábado o segundo escrutínio das eleições para o sindicato, os 20 mil ferroviários mineiros ainda desconhecem os nomes dos seus novos dirigentes. Apoiada pela CUT, a chapa vencedora na primeira votação suspendeu a apuração dos votos. Não admite que o presidente do Sindicato dos Ferroviários de São Paulo, José Mendes Botelho, atue como escrutinador. Seus integrantes alegam que Botelho não tem isenção, já que é deputado estadual pelo PTB, partido que apóia a reeleição da atual diretoria do sindicato, comandada por Evandro Ventura Marin. No primeiro escrutínio, votaram 6 mil e 62 ferroviários. A chapa da CUT recebeu 2 mil 258 votos (insuficientes para lhe garantir a posse no primeiro escrutínio), a chapa da situação conquistou 1 mil 948 eleitores e o restante das cédulas foram creditadas a outras duas concorrentes. (JB - 15/9/87)

METALÚRGICO QUER 62% DE REPOSIÇÃO

Reposição imediata de 62,77%, além da inflação integral dos meses de agosto e setembro medida pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-Econômicos (Dieese), foram as principais reivindicações dos metalúrgicos do Rio, que ontem tiveram a primeira reunião de negociação com os representantes dos oito sindicatos que compõem o Grupo 14 da Firjan. A categoria tem dissídio no próximo mês. O encontro de ontem serviu apenas para que os trabalhadores entregassem suas propostas aos empresários, compilados numa pauta de reivindicações de 50 itens. Eles pedem 11,28% de produtividade; piso de quatro salários mínimos; piso profissional de seis salários; estabilidade no emprego durante a vigência do acordo e jornada de trabalho de, no máximo, 40 horas. Ao observar que as negociações deste ano não serão difíceis porque as partes têm consciência das dificuldades da economia

nacional, o presidente da Firjan, Arthur João Donato, acenou com várias possibilidades para os metalúrgicos. Disse que os empresários - que já assinaram acordo antecipando os resíduos inflacionários - poderão este ano antecipar também até três meses de aumentos medidos pela URP, como forma de recuperar o poder de compra dos salários. A proposta será discutida entre a base dos empresários para ser levada à mesa de negociação no encontro marcado para o próximo dia 22, terça-feira. Durante o encontro de ontem, o presidente do sindicato dos Metalúrgicos, Washington da Costa, preferiu não comentar a pauta de reivindicações apresentada. Sugeriu que toda a fase da negociação fosse acompanhada de perto pela imprensa, com os repórteres dentro da sala de reuniões, para que as informações fossem difundidas rapidamente entre os trabalhadores, e pediu ainda que, este ano, alguns dos encontros fossem realizados nas dependências do sindicato da categoria. Os empresários consideraram a proposta inovadora, mas prometeram estudar o assunto. (JB - 15/9/87)

PETROLEIROS FAZEM PASSEATA POR AUMENTO DE SALÁRIO

Paralisação do serviço durante uma hora, entre 12h30m e 13h30m, passeata em torno da sede da Petrobrás, no centro do Rio, e até dispensa do almoço servido nos refeitórios das plataformas petrolíferas, foram as manifestações realizadas ontem, em todo Brasil, no dia nacional de luta organizado pelos 16 Sindicatos de Petroleiros do País. No Rio, o protesto dos petroleiros mobilizou, na frente da sede da Petrobrás, na Avenida Chile, cerca de 2 mil pessoas que, após rápido comício, saíram em passeata pelas ruas que contornam o prédio. Segundo o Presidente do Sindicato dos Petroleiros do Estado do Rio, Mirth Xavier de Medeiros, as manifestações foram em protesto pela decisão da Petrobrás de não aceitar as reivindicações salariais da categoria, que giram em torno de 47% para os menores salários, e só

querer dar aumento de 4,74%. O Presidente do Sindicato dos Petroleiros do Rio adianta, entretanto, que as reivindicações salariais não são as únicas da categoria e se estendem também à melhores condições de trabalho, principalmente no caso das plataformas submarinas de petróleo. Atualmente, os petroleiros trabalham em regime de 14 dias de serviço por 14 dias de folga, mas querem reduzir o período de trabalho para sete dias pois, além de que, estando dentro da plataforma, o petroleiro fica à disposição do serviço 24h por dia. Xavier denunciou o crescente número de pedidos para tratamento psiquiátrico dos embarcados e de transferência para serviços em terra. (O GLOBO - 12/9/87)

ACORDO COM CBTU AFASTA GREVE DE FERROVIÁRIOS

Um acordo firmado entre a CBTU e ferroviários da empresa, garantindo a reintegração dos cinco funcionários afastados na greve de novembro do ano passado, pôs fim ao estado de alerta preparado para uma possível paralisação da categoria, que já havia marcado para a próxima quarta-feira uma assembleia extraordinária. A decisão da companhia de reintegrar os demitidos, depois de conseguir na terça-feira a cassação da liminar no tribunal, impetrada pelo sindicato, estancou a mobilização da classe, evitando outra greve. As negociações foram iniciadas na quinta-feira e concluídas ontem, entre os delegados do sindicato, José Geraldo Maffra, Nilton Feliciano de Barros e o diretor de recursos humanos da companhia, Waldemar Souza Miranda. Na reunião mantida ontem pela manhã, ficou acertado que a CBTU admitirá a reintegração dos funcionários afastados há sete meses, entre eles dois maquinistas, dois artifices e um supervisor geral de manutenção. A rodada de negociações, entretanto, ainda não foi concluída, de acordo com Nilton Feliciano, que espera um ressarcimento por parte da companhia dos vencimentos suspensos há sete meses. (JB - 12/9/87)

GREVE NACIONAL DOS BANCÁRIOS JÁ ESTÁ MARCADA PARA DIA 29

A greve nacional dos bancários, decidida sábado passado no Rio e marcada para dia 29, poderá se transformar numa paralisação unificada intersetorial, que reuniria ainda metalúrgicos do BNDES. A informação é do presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, Ronald Barata, que vai participar de um encontro dessas categorias, a CUT e a CGT, amanhã, para organizar essa greve unificada intersetorial e uma passeata em várias capitais no dia 17. Quanto à greve nacional dos bancários, cuja organização a nível do Rio foi discutida ontem à noite por 200 pessoas, Barata disse que a paralisação será diferente das anteriores. Será uma guerrilha. Um dia para um banco, outro dia para outro, depois a compensação de um terceiro - afirmou. (JB - 11/9/87)

BANCO DO BRASIL CONCORDA EM DAR AUMENTO DE 39%

O Banco do Brasil chegou a um acordo com seus funcionários durante a audiência de conciliação no Tribunal Superior do Trabalho (TST) e concordou em pagar o reajuste de 39% proposto pelo presidente do TST e da sessão, ministro Marcelo Pimentel. O tribunal programou para quinta-feira o julgamento da produtividade, e a expectativa do presidente do TST é de que a sessão plenária aprove um percentual em torno de 4%, já que o lucro do BB no semestre foi muito alto. O presidente do Sindicato dos Bancários do Distrito Federal, José Sampaio de Lacerda Júnior, saiu do tribunal afirmando que é uma grande vitória o fato de os bancários terem conseguido com o reajuste, "romper com a política de arrocho salarial e de aumento zero para as estatais defendida pelo ministério da Fazenda." O presidente do BB, Camilo Callazans, que esteve no TST, comentou que o acordo foi "muito bom" e garantiu que o BB só negocia através do Conselho

Interministerial de Salários das Empresas Estatais (Cisc) por uma questão legal. "Mas o banco tem a sua independência", garantiu. (JB - 15/9/87)

ATO PÚBLICO

Os sindicatos e associações de funcionários públicos - como bancários, petroleiros, petroquímicos, eletricitários e telefônicos - estão convocando um ato público para a próxima quinta-feira, às 18 horas, na Candelária, no Rio. Será a primeira de uma série de manifestações públicas que o movimento sindical pretende organizar em todo o país para o que chama de "defesa das empresas estatais". Outras bandeiras serão içadas nas manifestações, como repúdio ao arrocho salarial embutido no Plano Bresser. (JB - 15/9/87)

FETAPE SUGERE USO DE TERRA TOMADA PELO BB

A Fetape (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco) sugeriu ao governo federal que desaproprie os 50 mil hectares de terra dos 25 beneficiários do chamado **escândalo da mandioca** para assentar pelo menos 1 mil famílias de lavradores sem terra no estado. O presidente da Fetape, José Rodrigues da Silva, acredita que o Estatuto da Terra é instrumento jurídico suficiente para desapropriar as terras que foram seqüestradas e penhoradas para garantir à União a devolução dos recursos tomados como financiamento do Banco do Brasil para lavouras que nunca foram plantadas. As fazendas dos beneficiários do **escândalo da mandioca**, denunciados em 1981 pelo procurador da República Pedro Jorge de Melo e Silva, que depois seria assassinado por sua atuação no processo, serviram de garantia para a tomada de empréstimos na Carteira de Crédito Rural do Banco do Brasil na cidade de Floresta para plantar mandioca. Os recursos foram desviados para outras atividades.

Descoberta a fraude, a Justiça determinou o seqüestro dos bens dos envolvidos e a penhora para garantir o ressarcimento dos prejuízos que, a preços de 1981, somavam mais de 1,5 bilhão de cruzeiros. Desde então, as fazendas estão sob domínio da União, mal utilizadas e, em alguns casos, tão abandonadas que tornaram possível sua utilização no plantio de maconha (a Polícia Federal descobriu vários plantios). Reconhecendo as dificuldades, o presidente da Fetape lembra que, se o governo quer mesmo fazer reforma agrária, não pode desperdiçar esta oportunidade. "Toda esta terra entregue ao mato chega a ser um crime", disse José Rodrigues, lembrando as dificuldades vividas por milhares de famílias sem terra para trabalhar. (JB - 12/9/87)

Índios

ÍNDIOS DECIDEM INVADIR DE NOVO A FAZENDA EM SERGIPE

Os índios Xokós estão decididos a invadir novamente a Fazenda Caiçara, no município sergipano de Porto da Folha - distante 190 quilômetros de Aracaju, no Norte daquele Estado -, caso a Funai não adote medidas rápidas e concretas para lhes garantir a posse das terras, legalizando e demarcando os 12 mil hectares da área como reserva indígena. A posição foi tomada na madrugada de ontem, na reserva Xokó localizada na Ilha de São Pedro, durante uma tensa reunião convocada para avaliar a frustrada invasão de segunda-feira, quando os Xokós, auxiliados por índios de outras tribos do Nordeste, ocuparam a fazenda e foram expulsos no dia seguinte por tropas da PM sergipana. No confronto entre os invasores e os militares - que contaram com a ajuda de cerca de 40 civis armados - pelo menos 20 índios foram feridos a bala ou espancados. Se não houver logo uma solução, haverá derramamento

de sangue, pois voltaremos a ocupar a fazenda de qualquer jeito - alertou um representante da tribo, no final da reunião. (ZERO HORA - 3/9/87)

ÍNDIOS EM PÉ DE GUERRA

A qualquer momento pode haver embate entre brancos e índios kulinás, no município de Feijó, no vale do Juruá. Os índios recentemente atacaram a sede do seringal Califórnia. Segundo o delegado de polícia, Irã Carvalho, que esteve na área, o clima do município é de tensão, já que os índios vêm saqueando os colonos do local alegando falta de apoio da Funai. (CORREIO BRAZILIENSE/DF - 1/9/87)

ESTRADA DO ACRE ESPERA DEFINIÇÃO

Na construção de 502 km da BR-364 entre Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC), que vai ligar a capital do Acre a todo o País por rodovia pavimentada, o DNER tem como tarefa a realização das obras, cabendo a efetivação de um projeto de proteção ecológica e ao que resta de populações indígenas, a uma comissão especial do IPEA, órgão da Seplan. Os longos períodos de chuvas intensas e a falta de material (pedras, cimento e asfalto) tem retardado a construção e pavimentação do trecho, reivindicado pelo Estado do Acre como decisão para sua integração definitiva à economia nacional, servindo também às futuras comunicações terrestres entre o Brasil, o Peru e a Bolívia. O projeto de pavimentação é financiado pelo BID em 49%, cabendo US\$ 48,5 milhões a obra e US\$ 10 milhões ao Plano de Defesa Ecológica, em regime de contra-partida. No caso, o DNER paga as faturas do realizado pelas empreiteiras e depois recebe do BID 49% do que gastou. O 5º BEC (Batalhão de Engenharia e Construção) já pavimentou 30 km, na saída de Porto Velho, cabendo os demais trechos às firmas Tratex, Mendes Júnior, CCO,

CEESA, C.R. Almeida e EBEC, que há mais de um mês retomaram os serviços, para aproveitar o período sem grandes chuvas na

região. Sem pavimentação, a rodovia não oferece condições de trânsito em todas as épocas do ano, o que torna a vida do Acre difícil e mais cara que no restante do País. Há mais de 25 anos, porém, o caminho está aberto e influenciando na vida das populações, indígenas ou não, sedeadas em sua área de atuação. (MONITOR MERCANTIL/RJ - 1/9/87)

EXÉRCITO ENVIA TROPAS DE ELITE PARA A ÁREA DO CALHA NORTE

Um avião Bandeirante da Força Aérea Brasileira (FAB), carregado de soldados de tropas de elite do Exército, seguiu anteontem até os possíveis pontos em que estão atuando grupos religiosos do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A operação militar foi traçada na semana passada, após reunião sigilosa que o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, manteve com o presidente José Sarney. O tema da conversa foi o Projeto Calha Norte, considerado como um assunto de segurança nacional pelas Forças Armadas. O projeto tem unidades militares para patrulhamento das fronteiras da Amazônia. O Cimi vem atuando justamente nessas áreas, efetuando trabalhos religiosos junto a grupos indígenas. O Ministério do Exército não quis informar ontem que pontos estratégicos do Projeto Calha Norte serão visitados. As Forças Armadas colocaram agentes de serviços de informações para agirem na região. Na semana passada, por exemplo, seguiram para a Amazônia equipes do Centro de Informações da Marinha, Centro de Informações da Aeronáutica e do Serviço Nacional de Informações (SNI). Além disso, já se encontram na região, desde a segunda quinzena de agosto, equipes da Polícia Federal. Leônidas defendeu, durante a

conversa reservada que manteve com o Presidente, a importância do Projeto Calha Norte para o País. Segundo ele, a região Amazônica, além de servir para o tráfico de entorpecentes, é bastante rica em jazidas de ouro, ferro, etc.. O ministro acrescentou que o objetivo dos grupos religiosos é explorar o potencial econômico daquela área. O assunto também deverá ser tema da próxima reunião do Conselho de Segurança Nacional (CSN), em data ainda não definida. Entre os planos analisados pelos militares, poderão ser incluídas medidas mais rigorosas contra as missões religiosas. (FOLHA DA TARDE/SP - 2/9/87)

ÍNDIOS EXIGEM GARANTIA PARA DEIXAR SEDE DA FUNAI

O cacique da tribo xocó, Damião dos Santos, afirmou ontem que os setenta índios da tribo que invadiram anteontem a sede da Funai em Maceió só sairão do órgão "dependendo do contato que for feito com a Polícia Federal para a garantia de nossas vidas". "Nós conversamos com o superintendente da Funai, com o bispo e com o delegado, para que façam contato com o governador e parlamentares de Alagoas para que eles vejam a nossa posição", acrescentou Damião. (FOLHA DA TARDE/SP - 5/9/87)

GOVERNADOR NÃO QUER MISSIONÁRIOS EM RORAIMA

O governador do Território Federal de Roraima, Getúlio Cruz, defendeu ontem em Belém, no conselho deliberativo da Sudam, a completa retirada das missões estrangeiras católicas ou evangélicas das terras dos índios Yanomani, na fronteira com a Venezuela. Getúlio Cruz fez uma explanação sobre a questão Yanomani, cuja área de cerca de 10 milhões de hectares, segundo ele, localizada a Oeste do meridiano 62 graus, é rica em minerais e onde recentemente foi descoberta uma riquíssima província de cassiterita, na Serra do Surucucu. Ele se referiu ao confronto entre ín-

dios e garimpeiros naquela área, onde recentemente foram assassinados quatro índios e dois garimpeiros. "Se os garimpeiros têm de sair, as missões estrangeiras também deverão sair, deixando na área apenas a Funai, que é o órgão tutor dos índios", disse Cruz. (ZERO HORA - 12/9/87)

MINISTRO QUER EXPLORAR O SUBSOLO DAS RESERVAS

Após uma palestra na Escola Superior de Guerra, na Urca, o Ministro do Interior, João Alves Filho, disse ontem que é favorável à exploração dos minérios existentes nos territórios indígenas e que considera a luta pela preservação do subsolo dessas terras prejudicial ao desenvolvimento do País. É preciso haver respeito pela cultura indígena. No entanto, não podemos aceitar conceitos exagerados, como a proibição do uso das riquezas do subsolo dessas terras, onde sabemos que estão cercada de 50 bilhões de dólares em minerais, o equivalente a metade da dívida externa. Não explorar essas riquezas só trará benefícios aos interesses estrangeiros. Há um mês no cargo, João Alves Filho disse que sua preocupação é estabelecer metas de ação de modo a impedir o desequilíbrio regional. Isso será possível, de acordo com ele, através da ajuda às regiões mais pobres, como o Norte, Nordeste e Centro Oeste. (O GLOBO - 12/9/87)

PARLAMENTAR QUER AJUDAR XAVANTES

Uma comissão de 15 deputados e cinco senadores vai na próxima semana (provavelmente na terça-feira) ao ministro do Interior, João Alves, para cobrar providências imediatas com relação à situação dos xavantes, que estão em Brasília desde o dia 26 do mês passado, denunciando a falta de assistência da Funai e exigindo a demissão do seu presidente, Romero Jucá Filho. A medida foi anunciada ontem pelo deputado Haroldo Lima (PC do B-BA), vice-presidente da Comissão do Índio da Câmara.

ra. "Romero Jucá Filho perdeu toda e qualquer condição moral de ser presidente da Funai", declarou o deputado, que se reuniu ontem com os caciques xavantes. Os índios estão alojados na sede do Projeto Rondon e tiveram a alimentação que recebiam da Funai cortada por ordem da presidência da fundação desde a tarde de quarta-feira.

O deputado criticou veementemente as últimas atitudes do presidente da Funai, que, além de cortar a alimentação dos índios, para vencê-los pelo cansaço - os índios, porém, garantem que só vão embora quando Jucá sair da Funai -, tem mantido forte aparato policial em frente ao prédio da fundação. "Atitudes como essas, eu não vi nem na época da ditadura militar", disse o deputado. Para Haroldo Lima, o presidente da Funai tem agido de forma "descortês, deselegante, descabida e desleal" ao tentar desmoralizar os índios, declarando que o que eles querem é dinheiro para botar no bolso. "Índio não é corrupto. Se eles estão aqui pedindo Cz\$ 60 mil para cada cacique, é porque precisam." (JB - 12/9/87)

Igrejas

PADRE BALEADO EM GOIÁS QUER VOLTAR PARA ITÁLIA

Depois de 18 anos vivendo nas regiões de conflitos de terra em Goiás, o padre italiano Francisco Cavazzuti, que sofreu um atentado dia 27 de agosto e ficou cego, está indo embora do Brasil. Cavazzuti sofreu uma intervenção cirúrgica na cabeça atingida por tiros de espingarda, foi submetido a uma traqueostomia na Clínica Santa Mônica, em Goiânia, onde contraiu infecção hospitalar, e há uma semana está internado em São Paulo num local que a família pede para ser mantido em sigilo por questão de segurança. Sem poder falar nem receber visitas, internado numa ala de

isolament, o padre comunicou com gestos a seu irmão mais novo, Tomás, que veio da Itália quando soube do atentado, a disposição de voltar para Capri, a pequena ilha da baía de Nápoles. Desta forma, o pistoleiro Marcelino Antônio, 29 anos, que confessou a autoria do atentado ao ser preso no fim de agosto, conseguiu realizar um antigo sonho dos latifundiários goianos: tirar Cavazzuti da região. Em 1971, o então governador de Goiás Leonino Caiado, tio do hoje presidente da UDR (União Democrática Ruralista), Ronaldo Caiado, chegou a mover uma ação na Justiça, pedindo a expulsão de Cavazzuti do Brasil sob a acusação de que ele estaria inflando lavradores contra latifundiários. A ação até hoje não foi julgada. Cavazzuti continuou exercendo sua ação pastoral nos municípios de Mossâmedes e Sanclerlândia, 140 quilômetros a noroeste de Goiânia, e tinha acabado de rezar uma novena da Festa do Divino na primeira localidade, quando sofreu o atentado, pouco depois das nove da noite de uma quarta-feira. Embora o pistoleiro preso tenha afirmado que agiu por conta própria, supostamente em represália por o padre não ter batizado seu filho há três anos, ninguém na região acredita nisso, nem Tomás, o irmão de Cavazzuti que viveu no Brasil até o ano passado, trabalhando como jornalista em Salvador, na Bahia. Agora, os latifundiários nem recorrem mais à Justiça, agem diretamente - disse ontem Tomás, que continua preocupado com a segurança de seu irmão, mesmo estando tão longe do centro dos conflitos fundiários. Tomás não se conforma com a razão apontada por Marcelino para praticar o atentado. É tudo mentira. Está lá na paróquia o registro de batismo do filho dele, celebrado pelo padre Francisco. Qualquer pessoa em Sanclerlândia ou Mossâmedes pode dizer à polícia quais foram os mandantes. Marcelino só foi detido pela polícia depois que Dom Tomás Balduino, bispo de Goiás Velho, diocese na qual Cavazzuti sempre trabalhou, leu durante uma missa carta aberta

à polícia em que dava o nome do autor do atentado. (JB - 15/9/87)

CPI SOBRE CASO DO CIMI NÃO AVANÇA

O deputado Ronan Tito (PMDB-MG), relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que apura denúncias do jornal O Estado de S. Paulo contra o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), acusando-o de envolvimento em uma suposta intriga internacional contra a soberania brasileira na Amazônia, manifestou sua preocupação com urgência de se apurar os fatos, "para que o plenário da Constituinte possa votar e clarecido". O relator irritou-se com cancelamento da reunião de quarta-feira determinada pelo presidente da comissão deputado Roberto Alves Cardoso (PMDB-SP) diante do não comparecimento, para prestar depoimento, do diretor-responsável do jornal, Júlio de Mesquita Neto, que alegou problemas de saúde. "Enquanto senhor Júlio de Mesquita não apresenta documentos, as reportagens não passam de boatos que podem tumultuar o plenário da Constituinte", declarou, acrescentando preferir acreditar que realmente as denúncias não têm fundamento, "porque senão estaria caracterizada a completa ineficiência do Exército, do Conselho de Segurança Nacional e do SNI diante de um quadro de tal gravidade". Ronan Tito não descarta a possibilidade de que, por trás das matérias do jornal, existam "interesses econômicos escusos", o que, segundo ele, deve ser imediatamente apurado, já que será votado um capítulo da Constituinte que trata exatamente de mineração em áreas indígenas. O problema é que a comissão tem prazo regimental de 120 dias (até 3 de janeiro de 1988) para concluir seus trabalhos e a Constituição será votada em novembro. Daí, a irritação do deputado com o cancelamento da sessão. (JB - 12/9/87)